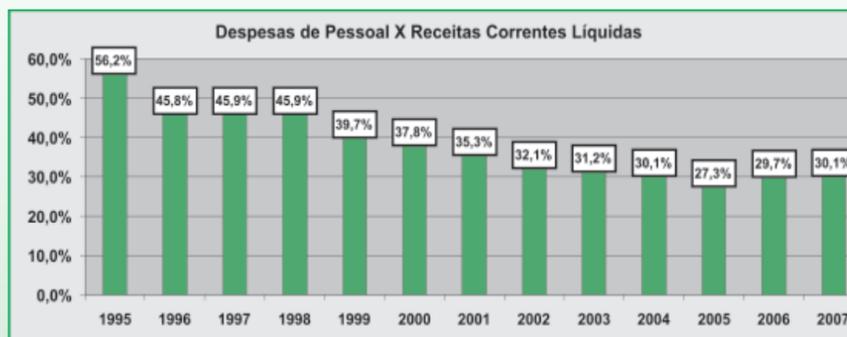


# O QUE A IMPRENSA PATRONAL NÃO DIZ

Com as MPs 431, 440, 441, depois de meses e anos de muita luta e negociação, os servidores conseguiram arrancar algumas reivindicações do governo. Foi o que bastou para a imprensa patronal recomeçar a gritaria contra o funcionalismo.

Jornais patronais saíram criticando a "generosidade" dos reajustes, o "aumento das despesas" com novos concursos, o "peso para o contribuinte".

É pura propaganda contra o serviço público. Esses mesmos setores patronais não demonstram nenhuma indignação diante de outros números, esses sim "pesados" para o contribuinte. Por exemplo, a **taxa básica de juros** acaba de ser elevada para 13,75%.



Fonte: Ministério do Planejamento

Há anos, ela está entre as maiores do mundo e é uma das razões para o lucro dos bancos ter saltado de 12,4% em 2002 para 21,7% em 2008 (quase o dobro!).

Para medir a participação do salário dos servidores no orçamento federal, um bom indicador é a relação com a Receita Corren-

te Líquida (RCL).

Como se vê no quadro, essa relação era de 56,2% em 1995 e caiu para 27,3%, em 2005. Em 2007 ela alcança 30,1%. Em 2008 e 2009, mesmo com as novas tabelas salariais, ela ainda continuará muito abaixo do que era em 1995.

Quanto às contratações, a de-

sinformação é ainda maior. Em 2002, havia cerca de 900 mil servidores aposentados e 800 mil ativos. Desde então, ingressaram cerca de 70 mil concursados, número ainda insuficiente para repor a força de trabalho do serviço público. Por que falam contra a realização de concursos? Pretendem que a categoria desapareça? Importante lembrar que uma parte dos novos concursados veio substituir terceirizações em virtude de ações do Ministério Público.

Esses ataques sem fundamento aos servidores mal escondem o interesse em dismantlar e privatizar o serviço público. É como tal que precisam ser repelidos pelos servidores e pelos demais trabalhadores.

## ▶ Bolívia

### Soberania nacional urgente

No Referendo Revogatório de 10 de agosto, o Presidente da Bolívia, Evo Morales, teve seu mandato renovado por 67% dos votos. Acuados por essa derrota, os separatistas de Santa Cruz partiram para a desagregação da nação, como meio de impedir a aplicação de medidas de interesse popular adotadas pelo governo. Conheça mais sobre a situação lendo em [www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br) o artigo de João Antonio de Moraes, Coordenador da Federação Única dos Petroleiros-CUT.

## ▶ Defesa do serviço público

### Coleta de assinaturas contra o PLP 92 continua

A campanha contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 92/07, que cria as Fundações Estatais de Direito Privado, continua. A meta é conseguir um milhão de assinaturas no abaixo-assinado que pede a retirada do projeto. No dia 9.09, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, recebeu cópia do documento. Aos representantes da CUT, Fasubra e Condsef, Chinaglia afirmou que encaminhará aos líderes partidários as críticas das entidades ao PLP.

No dia 10.09, 4 mil servidores participaram de ato na Esplanada dos Ministérios em defesa da paridade e contra o PLP 92/07. Comissões de representantes das entidades foram recebidas pelos Mi-

nistros da Educação, Fernando Haddad, do Planejamento, Paulo Bernardo e na Secretaria-Geral da Presidência da República.

Imprima cópias do abaixo-assinado no [www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br), colete assinaturas e entregue na sede do Sindsep-DF, em um dos postos de Atendimento Integrado do sindicato, ou na seção sindical do seu local de trabalho.

Editado pelo governo Lula em 13.07.07, o PLP 92 tenta dar continuidade à contra-reforma administrativa de FHC-Bresser Pereira (Emenda Constitucional 19/1998). Essa campanha é de todos os servidores e da população trabalhadora que depende dos serviços públicos gratuitos e universais.



Foto: Leonardo Vieira

► **Direito do servidor**

## Condsef entra com mandado para garantir contagem de tempo especial para aposentadoria

A Condsef juntamente com 21 sindicatos entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com um mandado de injunção para regulamentar o tempo trabalhado em condições especiais no setor público. O objetivo é passar a contabilizar para aposentadoria o tempo de serviço em

condições insalubres, perigosas ou penosas. Esse direito é assegurado pela Constituição Federal (art. 40, parágrafo 4º) e pelo Regime Jurídico Único (Lei 8.112/90, art. 186, parágrafo 2º), com a ressalva de que os termos para a contagem especial devem ser definidos em lei complementar. Em sua argumen-

tação ao STF, a Condsef lembra que o parágrafo 12, do art. 40 da Constituição (modificado pela Emenda Constitucional nº 20/98), garante que "... o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de pre-

vidência social". Ou seja, na falta de uma norma regulamentadora, o Estado deve utilizar-se dos dispositivos contidos na legislação aplicável ao setor privado (Lei 6.439/77 e Decreto 83.080/79), até que uma regulamentação para o setor público seja editada. Leia mais em [www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br)

## Correções nas MPs 440 e 441

No Diário Oficial da União, de 05.09.08, o governo publicou seis correções na MP 440 e nove páginas de correções na MP 441, incluindo anexos. A votação das MPs e das emendas apresentadas pelos servidores deve ocorrer após o primeiro turno das eleições municipais. Nas próximas edições, do EG o Sindsep-DF continuará divulgando análises comparativas.

► **Funai**

## Vitória dos servidores

Com retificação da MP 441 (DOU de 05.09.08), os servidores da Funai puderam comemorar a conquista da nova tabela salarial. O pagamento da gratificação específica do setor passa a ser retroativo a 1º de junho. A pontuação para aposentados e pensionistas também está garantida em 40 pontos em 2008 e 50 em 2009. O pagamento da gratificação aos cedidos, porém, não ficou garantido e vai para a discussão de emendas à MP 441. Em assembleia, dia 11.09, com a presença do Sindsep-DF, Condsef, direção da Funai e do economista Max Leno, do Dieese-Condsef, os servidores esclareceram dúvidas sobre a MP. A luta continua, agora com a exigência de imediata instalação do GT para discutir o Plano de Carreira Indigenista.

**Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900.**  
**Colaboraram nesta edição:** Edison Cardoni, Oton Neves, João Queiroz, Thereza Alencar. – **Secretaria de Comunicação e Imprensa:** Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (adjuntos) – **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP – **Assistente de Redação:** Leide Santos – **Diagramação:** André Filho – **Fotos:** Jane Franco – **Tiragem:** 14.000 – **Impressão:** Intergraf – **Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos:**  
[imprensa@sindsep-df.com.br](mailto:imprensa@sindsep-df.com.br) ou [cardoni@sindsep-df.com.br](mailto:cardoni@sindsep-df.com.br).

► **Conab**

## DEST desmente direção da Conab

Os empregados da Conab do DF, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul realizaram um ato em frente ao Ministério do Planejamento dia 11.09. Como resultado, o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento recebeu os representantes do Sindsep-DF, Condsef e comissão dos empregados da empresa. Na reunião, o DEST informou que a negociação com os empregados é de responsabilidade da empresa. Também afirmou que cabe à direção da Conab encaminhar a proposta que negociar com os empregados ao DEST. Em agosto, ao encaminhar duas propostas de PCS ao DEST, a direção da empre-



sa havia informado às entidades que a decisão dependia do DEST.

De acordo com o Planejamento, no caso de aumento da despesa com a folha de pagamento, a empresa tem que assumir o cumprimento de metas sociais como contrapartida. Ou seja, a Conab terá

que se comprometer com metas de prestação de assistência a acampados, participação em programas de agricultura familiar, entre outros.

Diante dessa situação, a Asnab, Sindsep-DF, Condsef e CUT exigem da direção da Conab a imediata reabertura das negociações.

► **Cedidos do MPS**

## Setor discute problema com o MDS

Os servidores do Ministério da Previdência Social cedidos para o Ministério do Desenvolvimento Social conversaram com a secretária-executiva, Arlete Sam-

paio, dia 11.09. Sem a gratificação destinada aos servidores do MPS, os cedidos sofrem com a distorção salarial em relação aos servidores efetivos do MDS. Sampaio se com-

prometeu a intervir junto ao governo para solucionar a questão. Os cedidos perderam a gratificação após a edição da MP 431, o que provocou a redução salarial.

► **FUNAG**

## Planejamento estuda proposta dos servidores

No dia 10.09, em reunião com a SRH/MPlanejamento, os servidores da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) e a direção do órgão reafirmaram a necessidade de criação da Carreira de Divulgação de

Política Externa Brasileira e Internacional. Aos representantes do Sindsep-DF, Condsef e comissão de servidores, o Planejamento pediu um prazo para analisar a possibilidade de criar a nova carreira ou pro-

por a reestruturação da tabela salarial para o setor. Uma nova reunião deve ser agendada para a primeira semana de outubro.

**Assembleia – 24.09  
 quarta-feira – 14h30  
 FUNAG**

► **Anistiados**

## Ato para cobrar retorno imediato

Anistiados e demitidos do Governo Collor (Lei 8.878/94) realizarão um ato nacional, dia 24.09, às 9h, em frente ao Palácio do Planalto, para cobrar a reabertura do prazo para quem não entrou com requerimento em 1994 e 2004.

Mais informações pelo e-mail [anistiados@sindsep-df.com.br](mailto:anistiados@sindsep-df.com.br) ou pelos telefones (61) 3212-1946 ou 3212-1942, com Verônica.

**Assembleia dos Anistiados  
 Terça-feira - 16.09 - 18h  
 auditório do Sindsep-DF  
 Para eleger delegados à  
 Plenária Nacional**

► **Embratur**

## GT para corrigir a tabela salarial

Em reunião com a direção do Sindsep-DF, dia 12.09, os servidores da Embratur decidiram exigir a instalação de um GT para corrigir as distorções na tabela salarial publicada na MP 441, de 29.08.08. Como a pontuação máxima da GDATUR para ativos é de 60 pontos, a diferença do valor da gratificação entre os níveis superior e auxiliar é de mais de 50%. Outro problema é o dos cedidos que, se nada for feito, terão que devolver parte do salário recebido em junho. O Sindsep-DF já solicitou audiência com o ministro do Turismo para corrigir mais esta injustiça.